



## RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS PREVISIONAIS DE GESTÃO PARA O TRIÉNIO 2026-2028 (PAO 2026-2028)

### INTRODUÇÃO

Nos termos do Ofício Circular nº 1412 de 23 de junho de 2025 da Direção-Geral do Orçamento (DGO), relativo às instruções para a preparação do Orçamento de Estado para 2026, e por força do disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 14.º dos Estatutos do Teatro Nacional de São João, E.P.E. (TNSJ), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 159/2007, de 27 abril, procedemos à revisão dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2026 e projeções para 2027 e 2028 do TNSJ, datados de 21 novembro 2025, nos quais se incluem o Balanço previsional em 31 dezembro 2026 (que evidencia um total de ativo de 11.833.393 euros e um total de capital próprio de 7.670.051 euros, incluindo um resultado líquido de 164.000 euros), pela Demonstração dos resultados por naturezas previsional e pela Demonstração dos fluxos de caixa previsionais relativas a esses períodos, bem como pelo Mapa de Receitas e de Despesas para 2026, num total de 10.350.007 euros, a que acresce o reforço do PRR em 600.000 euros, incluindo os pressupostos em que se basearam, os quais se encontram descritos no Plano de Atividade e Orçamento de 2026.

### RESPONSABILIDADES

#### Responsabilidades do órgão de gestão sobre a informação financeira previsional

É da responsabilidade do Conselho de Administração do TNSJ a preparação do orçamento e de demonstrações financeiras previsionais que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira prevista e o resultado das suas operações, bem como a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base. O Plano de atividades foi preparado nos termos do Ofício Circular nº 1412 de 23 de junho de 2025 da Direção-Geral do Orçamento (DGO).

#### Responsabilidades do auditor sobre a revisão da informação financeira previsional

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos Previsionais de Gestão; (ii) verificar se os Instrumentos Previsionais de Gestão foram preparados de acordo com os pressupostos; (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos Previsionais de Gestão é adequada e (iv) emitir o respetivo parecer.

### ÂMBITO

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) — Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e consistiu:



- a) Principalmente em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
- a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
  - a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; e
  - a apresentação da informação financeira previsional.
- b) Na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.

## ANÁLISE DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO E INSTRUMENTOS PREVISIONAIS DE GESTÃO

### Análise do Plano de atividades

As atividades enquadram-se nos objetivos do TNSJ e cumprem a missão definida para a Instituição.

### Análise da Proposta de Orçamento

#### Orçamento da receita

O orçamento global da receita, no cumprimento da regra do equilíbrio orçamental, apresenta um total de 10.459.044 euros, registando um acréscimo de 5,475% face ao orçamento de 2025 (cerca de 542.906 euros). Este acréscimo é essencialmente justificado pelo aumento das transferências correntes da Administração Central, essencialmente devido à indemnização compensatória (IC), cujo aumento supera a diminuição da receita inerente ao financiamento comunitário (PRR), estimada em 2.370.000 euros.

Adicionalmente, o orçamento apresentado considera a regularização de cerca de 2.000.000 de euros de saldos transitados de exercícios anteriores, verbas destinadas ao financiamento da requalificação em curso do Teatro de São João.

Verificámos a razoabilidade e adequação dos pressupostos subjacentes à elaboração do orçamento para 2026, no sentido de avaliar a sustentabilidade da atividade face ao montante previsto da Indemnização Compensatória do Estado, no montante de 7.359.097 euros (IVA incluído à taxa de 6%), o qual representa cerca de 67% das receitas.

#### Orçamento da despesa

O orçamento global da despesa, no cumprimento da regra do equilíbrio orçamental, apresenta um total de 10.459.044 euros, registando um acréscimo de 5,475% face ao orçamento de 2025, decorrente fundamentalmente de um aumento de 14% nos Gastos Operacionais (932.189 euros), evidenciando-se o incremento de 9,3% (356.000 euros) nas despesas com pessoal e de 20,5% (571.189 euros) nos fornecimentos e serviços externos (em resultado do crescimento dos trabalhos especializados e publicidade

e promoção).

Por seu lado, o orçamento de investimento sofre um incremento substancial (de 3.254.509 euros para 3.920.000 euros), considerando as alterações ainda em curso nos financiamentos dos vários projetos e programas, designadamente em sede de PRR.

Analisámos a razoabilidade das projeções efetuadas para os gastos previstos para 2026, que se apresentam coerentes com os pressupostos apresentados pela Administração.

### **Análise dos Instrumentos Previsionais de Gestão**

As demonstrações financeiras previsionais apresentadas, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas e a Demonstração dos fluxos de caixa, foram preparadas com base nos pressupostos descritos no Plano de Atividade e Orçamento de 2026, obtendo-se para o ano de 2026 um resultado positivo previsto de 164.000 euros, gerado em 131.840 euros pela imputação a rendimentos do período da proporção dos subsídios ao investimento, não afetando significativamente a regra de equilíbrio orçamental uma vez que tal imputação não corresponde a receita do período. Verificámos o cumprimento do equilíbrio dos gastos e rendimentos, bem como o equilíbrio financeiro apresentado na Demonstração dos fluxos de caixa.

### **PARECER**

Com base na avaliação da prova que suportam os pressupostos apresentados pela Administração, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2026 do TNSJ.

Em nossa opinião, as projeções estão adequadamente sustentadas nos pressupostos e apresentadas de acordo com a legislação aplicável.

Salientamos, contudo, que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada e como tal, os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

**Porto, 25 novembro 2025.**

(Sérgio Paulo Esteves de Poças Falcão, ROC 751), em representação de

Álvaro, Falcão & Associado, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.